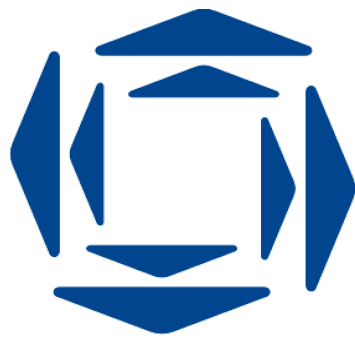


CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES



UNIVATES

**REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO
OBRIGATÓRIO**

CURSO DE DIREITO, BACHARELADO

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Das Disposições Gerais

O estágio não obrigatório, que, assim como o estágio obrigatório, fundamenta-se na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio dos estudantes; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/1996, e nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Ensino Superior.

Da caracterização do Estágio

O estágio, segundo o art. 1º da Lei 11.788/2008, caracteriza-se como “um ato educativo escolar supervisionado” que tem como finalidade a preparação para o trabalho e para a vida cidadã dos estudantes que estão regularmente matriculados e frequentando curso em instituição de ensino superior.

O estágio não obrigatório que deve integrar o projeto pedagógico de cada curso é uma atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, não se constituindo, porém, em um componente indispensável à integralização curricular.

O estágio não obrigatório pode ser aproveitado como uma atividade complementar até o limite de 120 horas, conforme previsto no regulamento das atividades complementares do Projeto Pedagógico do Curso de Direito.

Dos objetivos

Objetivo geral

Oportunizar ao estudante ampliar conhecimentos, aperfeiçoar e/ou desenvolver habilidades e atitudes necessárias para o bom desempenho profissional, vivências que contribuam para um adequado relacionamento interpessoal e uma participação ativa na sociedade.

Objetivos específicos

Possibilitar ao estudante matriculado e que frequenta o curso de Direito, bacharelado, do Centro Universitário UNIVATES:

- vivenciar situações que ampliem o conhecimento da realidade na área de sua formação;
- ampliar o conhecimento sobre a organização e o desempenho profissional;
- interagir com profissionais da área em que irá atuar, que direta ou indiretamente se relacionam com as atividades profissionais, com vistas a desenvolver e/ou aperfeiçoar habilidades e atitudes básicas e específicas necessárias para a atuação profissional.

Das exigências e critérios de execução

Das determinações gerais

A realização do estágio não obrigatório deve obedecer às seguintes determinações:

I - o estudante deve estar matriculado e frequentando regularmente o curso de Direito, bacharelado, do Centro Universitário UNIVATES;

II - é obrigatório concretizar a celebração de Termo de Compromisso entre o estagiário, a parte concedente do estágio e a Univates;

III - as atividades cumpridas pelo estudante em estágio devem compatibilizar-se com o horário de aulas e aquelas previstas no Termo de Compromisso;

IV - a carga horária da jornada de atividades do estudante estagiário será de no máximo 6 (seis) horas diárias e de 30 (trinta) horas semanais;

V - o período de duração do estágio não obrigatório não pode exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estudante com deficiência;

VI - o estágio não obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo o estudante receber bolsa ou outra forma de contraprestação das atividades que irá desenvolver. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, também não caracteriza vínculo empregatício;

VII - o estudante em estágio não obrigatório tem direito a recesso remunerado equivalente a 30 (trinta) dias, sempre que o estágio tiver a duração igual ou superior a 01 (um) ano, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares. Caso o estágio tiver a duração inferior a 01 (um) ano, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional;

VIII - a unidade concedente deve contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme consta no termo de compromisso;

IX - as atividades de estágio não obrigatório devem ser desenvolvidas em ambiente com condições adequadas e que possam contribuir para aprendizagens do estudante estagiário nas áreas social, profissional e cultural;

X - cabe à Univates comunicar ao agente de integração se houver ou à unidade concedente, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares acadêmicas;

XI - segundo o art.14 da Lei 11.788/2008, “aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio”.

Das exigências e critérios específicos

I - O estágio não obrigatório do curso de Direito, bacharelado, envolve atividades relacionadas à área jurídica a serem desenvolvidas em empresas, em escritórios de profissionais liberais ou em órgãos/instituições públicas conveniados com a Univates.

II - O estágio não obrigatório deve constituir-se numa oportunidade para os acadêmicos do Curso de Direito atuarem na área jurídica como colaboradores no desenvolvimento de atividades envolvendo procedimentos, audiências, atendimento ao público e outras atividades que permitam o conhecimento da realidade jurídica na região, aplicação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, sociais e culturais.

III - As atividades previstas no plano de estágio deverão ter afinidade com as disciplinas do curso de Direito, não sendo admitidas outras atividades que não específicas das carreiras da área jurídica.

IV - O estudante estagiário somente pode assumir atividades se houver um supervisor bacharel em Direito, indicado pela unidade contratante, para acompanhamento.

V - Para a realização do estágio não obrigatório, a unidade concedente tem liberdade de exigir a integralização mínima de determinado número de créditos no curso e adotar critérios específicos para seleção do estagiário.

VI - Deverá ser apresentado um plano de atividades previamente à assinatura do Termo de Compromisso, o qual será avaliado pelo coordenador do curso ou supervisor de estágio indicado pela Univates.

Das áreas/atividades de atuação

As áreas de atuação do estágio não obrigatório serão definidas a partir da unidade contratante, conforme as atividades realizadas por meio dela.

As atividades a serem realizadas pelos estudantes devem possibilitar a criação de competências específicas na área jurídica, tais como a disponibilidade para mediar conflitos, a capacidade de realização de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, a capacidade de análise e busca por soluções técnicas para casos jurídicos, tudo sob a supervisão de um profissional indicado pela unidade concedente.

Das atribuições

Do professor supervisor de estágio

O professor supervisor do estágio não obrigatório é o coordenador de curso ou um professor indicado por ele, ao qual cabe acompanhar e avaliar as atividades realizadas pelo estagiário tendo como base o plano e o(s) relatório(s) do estagiário e as informações do profissional responsável na parte concedente.

Do supervisor da parte concedente

O supervisor da parte concedente é um profissional do quadro de funcionários e indicado pela empresa contratante, responsável pelo acompanhamento do estudante estagiário durante o desenvolvimento das atividades, devendo possuir formação superior no curso de Direito.

Cabe também ao supervisor indicado pela empresa concedente comunicar à Central de Carreiras da Univates qualquer irregularidade ou, se for o caso, a desistência do estudante estagiário, assim como efetuar os registros relacionados ao desempenho do estudante.

Do estagiário

Cabe ao estagiário contratado para desenvolver estágio não obrigatório:

- a) indicar a organização em que realizará o estágio não obrigatório à Central de Carreiras da Univates ou ao responsável administrativo do agente de integração;
- b) elaborar o plano de atividades e desenvolver as atividades acordadas;

c) responsabilizar-se pelo trâmite do Termo de Compromisso, devolvendo-o à Central de Carreiras da Univates ou ao responsável administrativo do agente de integração, se houver, convenientemente assinado e dentro do prazo previsto;

d) ser assíduo e pontual tanto no desenvolvimento das atividades quanto na entrega dos documentos exigidos;

e) portar-se de forma ética e responsável;

f) apresentar relatórios semestrais ao supervisor de estágio, detalhando as atividades realizadas.

Das disposições finais

A Central de Carreiras, o Núcleo de Apoio Pedagógico e os coordenadores de curso devem trabalhar de forma integrada no que se refere ao estágio não obrigatório dos estudantes matriculados nos cursos de Ensino Superior do Centro Universitário UNIVATES, seguindo as disposições contidas na legislação em vigor, nas normas internas e na Resolução 129/Reitoria/Univates, de 28 de setembro de 2012.

As unidades concedentes, assim como os agentes de integração, devem seguir o estabelecido na legislação em vigor, nas disposições do regulamento de estágio não obrigatório do curso de Direito e nas normas e orientações do Centro Universitário UNIVATES que tratam do assunto.

Competências e habilidades

a.1) Competência: conhecimentos jurídicos e humanísticos básicos

Habilidades

- atuação jurídica com viés humanístico para enfrentamento dos desafios contemporâneos.

a.2) Competência: desenvolvimento ético interpessoal

Habilidades

- atuação ética com os demais operadores jurídicos e com as outras pessoas;
- observância do código de ética da categoria da qual faz parte.

a.3) Competência: conhecimento da dimensão interdisciplinar do Direito

Habilidades

- percepção da interdisciplinaridade do Direito, relacionando-o com os problemas e direitos humanos, e não apenas com um conjunto de normas.

a.4) Competência: utilização do raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica

Habilidades

- leitura, análise, compreensão e elaboração de textos, atos, documentos administrativos, normativos e judiciais, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- interpretação e aplicação do Direito nos âmbitos individual e social.

a.5) Competência: pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina, princípios e outras fontes de Direito pertinentes a cada caso

Habilidades

- produção de novos conhecimentos a partir do ensino, da pesquisa e da extensão;
- adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico para solução dos problemas humanos novos e aqueles do cotidiano forense.

a.6) Competência: domínio de diversas áreas do Direito

Habilidades

- adequada utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- desenvolvimento de estratégias que proporcionem a superação da formação dogmática para pensar os códigos em geral, e não apenas aplicá-los, e, ao mesmo tempo, compreender juridicamente os fatos sociais.

a.7) Competência: inovação na área do Direito, para adequá-lo à realidade socioeconômica e tecnológica sempre cambiante

Habilidades

- domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

a.8) Competência: atuação em diferentes instâncias, administrativas e/ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos

Habilidades

- desenvolvimento pessoal, tanto no estágio interno como no externo;
- permanente repensar da prática jurídica.

a.9) Competência: utilização de julgamento na tomada de decisões na prevenção e resolução de conflitos

Habilidades

- adaptação das decisões judiciais às exigências de mudanças da sociedade brasileira;
- atuação extrajudicial na solução dos conflitos.

a.10) Competência: contribuição para o desenvolvimento humanístico e socioeconômico na região do Vale do Taquari e no Estado do RS

Habilidades

- reconhecimento das particularidades do desenvolvimento regional e seus problemas específicos, sem descurar dos estaduais, nacionais e globais;
- formação de consciência crítica na região e no Estado do RS, comprometida com o contexto, uma vez que o estudante poderá manter vínculo residencial e de trabalho no Vale do Taquari ou no Estado, proporcionando repercussões sociais positivas relevantes, ajudando no desenvolvimento regional e seu entorno.
- Adaptação com sensibilidade e competência do conhecimento jurídico à solução de problemas humanos novos e àqueles do cotidiano forense;
- Análise crítica de informações de diferentes fontes;
- Análise da realidade a partir do diálogo argumentativo coerente;
- Análise das variáveis de uma atividade jurídica;
- Análise, descrição e interpretação das relações entre contextos e processos psicológicos, comportamentais e sociais;
- As habilidades serão desenvolvidas de acordo com o tema da disciplina escolhida pelo estudante;
- Atuação ética e humanística para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com as exigências sociais atuais;
- Busca de soluções investigativas próprias aos atos expropriatórios;
- Compreensão acerca da jurisprudencialização do direito brasileiro;
- Compreensão, a partir de visão humanista, do regime geral e complementar da Previdência Social;
- Compreensão, conexão e efetivação do direito do mundo dos fatos;
- Compreensão da contextualização principiológica constitucional do sistema tributário nacional;
- Compreensão da estrutura e distinções entre monografia, artigo e paper;
- Compreensão da jurisdição internacional privada;
- Compreensão da norma constitucional como norteadora e integradora do sistema jurídico brasileiro;
- Compreensão das diversas espécies de responsabilidade jurídica;
- Compreensão das diversas modalidades de obrigações, de sua transmissão, adimplemento, inadimplemento e extinção;
- Compreensão da sociedade internacional e sua contextualização técnico-jurídica;
- Compreensão das relações coletivas de trabalho;
- Compreensão das relações e problemáticas envolvidas nas questões que abrangem as diversidades sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras face à afirmação dos direitos humanos;
- Compreensão da teoria geral do processo, da ciência do direito processual civil e do direito processual civil;
- Compreensão da teoria geral dos títulos de crédito;
- Compreensão de aspectos relativos ao processo administrativo, a partir de uma visão humanista;
- Compreensão de noção sobre a estrutura organizacional de escritórios de advocacia e ferramentas de marketing jurídico;
- Compreensão de noções gerais sobre o direito de empresa;
- Compreensão de noções relativas ao corpo de delito e seus efeitos processuais;
- Compreensão de noções sobre posse, propriedade e demais direitos reais;
- Compreensão de noções sobre sucessão legítima e testamentária, inventário e partilha;
- Compreensão do fenômeno cooperativista na seara jurídica brasileira;
- Compreensão do papel e dos princípios da Administração Pública;
- Compreensão do processo do trabalho;
- Compreensão do processo judicial tributário;
- Compreensão do raciocínio jurídico, argumentativo e persuasivo na análise e aplicação de acórdãos e enunciados de súmula;

- Compreensão do raciocínio jurídico argumentativo na produção e análise da prova e senso crítico acerca da atuação judicial em sentença;
- Compreensão dos desafios que a atuação profissional impõe na área trabalhista;
- Compreensão do texto acadêmico como processo e resultado de produção de conhecimento;
- Compreensão e uso dos mecanismos de coesão e de recursos de coerência na construção do texto e na produção de sentidos;
- Compreensão holística da criança e do adolescente e sua interface jurídica;
- Compreensão interdisciplinar do direito com visão ética e humanista no contexto atual;
- Compreensão, reconhecimento e valorização das diferentes linguagens e produções culturais manifestas nas sociedades contemporâneas e de suas funções na produção do conhecimento;
- Compreensão sobre a interdisciplinaridade envolvendo a solução das obrigações deixadas pelo falido;
- Compreensão sobre como se articulam os mecanismos de coesão na construção do texto acadêmico;
- Comprometimento ético e humanista na concretização da atividade profissional;
- Comunicação de forma desinibida, usando a linguagem formal e adequando os recursos de apoio ao texto oral;
- Comunicação na Língua Brasileira de Sinais encadeando as experiências culturais e as relações interpessoais, de trabalho e de gênero que se articulam por meio da língua;
- Conhecimento da adequada atuação técnica nas fases postulatória, saneadora e cognitiva/instrutória;
- Conhecimento da evolução histórica do Direito;
- Conhecimento da evolução histórica do Estado e suas relações político-institucionais;
- Conhecimento da legislação aplicada à criança e ao adolescente;
- Conhecimento da legislação pertinente à área ambiental;
- Conhecimento das normas de recuperação e de falência de empresas;
- Conhecimento das normas fundamentais do direito processual e do seu reflexo na aplicação das regras procedimentais;
- Conhecimento das particularidades processuais das ações com origem legislativa heterotópica;
- Conhecimento da teoria dos direitos intelectuais;
- Conhecimento da teoria geral do direito do trabalho e das relações individuais de trabalho;
- Conhecimento de noções básicas de normas do Direito brasileiro, de pessoas naturais e jurídicas e de bens;
- Conhecimento de noções básicas de teoria geral do Direito e de meios alternativos de resolução de conflitos, a partir de viés humanístico;
- Conhecimento de noções básicas sobre culpabilidade e pena;
- Conhecimento de noções básicas sobre o fenômeno delitivo e sua inter-relação com as garantias individuais;
- Conhecimento de noções de ética jurídica profissional;
- Conhecimento de noções gerais sobre fatos jurídicos, prescrição, decadência e meios de prova;
- Conhecimento de noções introdutórias relativas ao direito processual penal constitucional;
- Conhecimento de noções relativas às decisões e recursos processuais penais;
- Conhecimento de noções sobre o fenômeno criminológico;
- Conhecimento do processo administrativo tributário;
- Conhecimento e aplicação das normas da ABNT;
- Conhecimento e implementação de normas técnicas de planejamento, elaboração e apresentação escrita e oral de projeto de trabalho de conclusão de curso;
- Conhecimento e implementação de normas técnicas de planejamento, elaboração e apresentação escrita e oral de trabalho de conclusão de curso;
- Conhecimento e manuseio adequado da legislação pertinente à área penal;
- Conhecimento filosófico dos direitos humanos para enfrentamento de desafios atuais e futuros;
- Conhecimento sobre os atos atinentes à concretização dos diferentes comandos judiciais;
- Conhecimento sobre os mecanismos de criação jurisprudencial, sua estabilização, integridade e coerência;
- Construção e interpretação de diferentes formas de representação;

- Delimitação dos limites ético-jurídicos da responsabilidade civil;
- Desenvolvimento da curiosidade acerca da origem do litígio e da importância da conciliação e da mediação na solução de demandas judiciais de forma eficiente;
- Desenvolvimento de estratégias que proporcionem a superação da formação dogmática para pensar a legislação em geral, e não apenas aplicá-la, e ao mesmo tempo compreender juridicamente os fatos sociais;
- Desenvolvimento de potencialidades criativas, por meio de exercícios da expressão oral e corporal;
- Desenvolvimento de proposta de projeto de pesquisa;
- Desenvolvimento de raciocínio lógico, crítico e analítico;
- Diferenciação entre o processo de conhecimento e os procedimentos especiais, com suas particularidades técnicas;
- Domínio da redação oficial e extrajudicial e seus principais documentos;
- Domínio das diferentes formas de intervenção de terceiros e sua aplicação;
- Domínio da técnica processual na elaboração da petição inicial e do conhecimento dos métodos de aplicação do direito;
- Elaboração de paráfrases e manejo de diferentes vozes presentes no texto;
- Emprego de diferentes estratégias de leitura adequadas ao contexto textual, aos objetivos de leitura e às intenções comunicativas;
- Emprego de Raciocínio Lógico;
- Entendimento acerca da influência dos costumes sobre a temática dos títulos de crédito;
- Entendimento acerca das atribuições dos diferentes operadores do direito e da atuação da jurisdição como mecanismo de solução de conflitos, de fomento das garantias sociais e de concretização dos direitos humanos;
- Entendimento da noção da aplicabilidade de legislação e competência internacional;
- Entendimento de noções básicas sobre contratos em geral e sobre as várias espécies de contratos civis;
- Entendimento de noções sobre a jurisdição previdenciária;
- Entendimento do contexto sociopolítico inerente ao direito do trabalho;
- Entendimento do mundo a partir de conflitos internacionais e formas de cooperação;
- Entendimento dos atos administrativos e das suas consequências;
- Entendimento dos meios de defesa e garantia da supremacia da Constituição, por meio do controle da constitucionalidade das leis em geral e dos atos da Administração Pública;
- Equacionamento de problemas contratuais;
- Equacionamento de problemas familiares e busca de soluções harmônicas com as exigências interrelacionais;
- Estudo de solução de conflitos trabalhistas;
- Estudo do sistema tributário nacional;
- Identificação da fase executória da sentença penal condenatória;
- Identificação das características sociais, regionais e globais e das suas relações com o ambiente;
- Identificação das demandas passíveis de julgamento liminar de improcedência do pedido;
- Identificação das formas e dos efeitos do término da relação de emprego;
- Identificação das funções e responsabilidades da Administração Pública diante da sociedade, a partir de uma visão humanista;
- Identificação de aspectos relativos às configurações das famílias e seus desdobramentos;
- Identificação de direitos conexos;
- Identificação de formas alternativas de resolução de conflitos;
- Identificação de meios e instrumentos sobre ilícitos civis e penais;
- Identificação de modos interpretativos do Direito;
- Identificação de oportunidades;
- Identificação de procedimentos probatórios e cautelares na seara processual penal;
- Identificação de relações consumeristas;
- Identificação de tipos de sociedades, sua regularização, funcionamento e extinção;
- Identificação do problema jurídico apresentado e do correlato instrumental processual;
- Identificação dos atos processuais, compreensão da forma à luz do processo civil constitucional e correlação das invalidades/nulidades dos atos processuais com a causalidade das normas;
- Identificação dos casos práticos de responsabilidade civil, interpretação deles e aplicação da

legislação adequada, da visão jurisprudencial, principiológica e doutrinária;

- Identificação dos casos práticos de sucessão, interpretação e encaixe deles nas diversas fontes de direito cabíveis, inclusive com a identificação de sua relação com os direitos fundamentais;
- Identificação dos crimes em espécie;
- Identificação dos crimes em espécie, acrescentando-se os previstos em legislação esparsa;
- Identificação e manuseio adequado da legislação pertinente à área penal para garantir um equilíbrio entre o "jus libertatis" individual e a função penal de proteção de bens jurídicos;
- Identificação e manuseio adequado da legislação pertinente aos procedimentos especiais e de jurisdição voluntária;
- Identificação e manuseio adequado da legislação pertinente, correlacionando-a com a jurisprudência temática e com a aplicação dos institutos;
- Identificação e manuseio adequado dos recursos judiciais e suas espécies;
- Identificação e manuseio adequados da legislação pertinente à área penal com viés humanista;
- Identificação e manuseio prático adequado da legislação pertinente às áreas civil e processual civil com igual domínio da pesquisa doutrinária e jurisprudencial;
- Identificação e manuseio prático adequado da legislação pertinente às áreas penal e processual penal;
- Identificação, por meio de contextos sociológicos e antropológicos, dos processos de resolução de conflitos;
- Iniciativa e atitude empreendedora;
- Integração do contexto acadêmico com a realidade social e específica das áreas de graduação;
- Interpretação e aplicação do direito nos âmbitos social e individual na perspectiva constitucional e humanista;
- Interpretação e sintetização de textos acadêmicos;
- Interpretação humanística e ética na aplicação do Direito;
- Leitura com métodos de estudo;
- Leitura e interpretação conceitual de questões fundamentais nas diversas ciências;
- Leitura, escrita e interpretação de textos de doutrina e de outras fontes de direito;
- Leitura, redação e interpretação de textos de doutrina, legislação, jurisprudência e de outras fontes de direito;
- Manuseio adequado da legislação consumerista;
- Manuseio adequado de códigos e de legislação esparsa;
- Percepção da interdisciplinaridade do Direito a partir de sua evolução histórica;
- Percepção da leitura e da escrita como processo de construção e de produção de sentidos na interação autor-texto-leitor;
- Percepção de aspectos gerais sobre a judicialização do fenômeno delitivo;
- Percepção do Direito a partir de suas relações filosóficas entre verdade e justiça;
- Percepção do papel do indivíduo na sociedade que faz parte e a responsabilidade nas escolhas de seus representantes políticos;
- Percepção dos procedimentos penais e da atuação das partes;
- Percepção holística do ambiente;
- Percepção interdisciplinar do papel do Estado e do indivíduo na sociedade e suas complexidades;
- Problematização e busca de soluções que contemplem a participação ativa dos sujeitos envolvidos na resolução dos conflitos jurídicos e no acesso à garantia de direitos;
- Produção de textos acadêmicos respeitando a autoria, com argumentos coerentes, relevantes, teoricamente consistentes, em conformidade com o padrão linguístico e textual do gênero em questão;
- Questionamento dos conceitos preestabelecidos;
- Reflexão acerca dos pressupostos teóricos da ação científica e social;
- Resolução de problemas quantitativos com análise de resultados;
- Responsabilidade e ética no cumprimento das tarefas acadêmicas;
- Responsabilidade e ética no cumprimento de prazos de tarefas acadêmicas e na utilização de autoria das fontes consultadas para o TCC;
- Responsabilidade ética no cumprimento de obrigações profissionais;
- Responsabilidade no cumprimento de obrigações jurídicas;
- Responsabilidade socioambiental;

- Seleção de materiais confiáveis para auxiliar na pesquisa;
- Sistematização dos conceitos de cognição, tutelas de urgência e de evidência e a satisfação de direitos;
- Tratamento e tematização de problemas morais e éticos;
- Uso das novas tecnologias da comunicação, especialmente a internet;
- Uso da variedade linguística adequada ao gênero e à situação comunicativa, tanto na linguagem oral quanto na escrita, com foco na linguagem formal;
- Utilização adequada de códigos e de legislação esparsa;
- Utilização adequada de estratégias de compreensão com foco em objetivos previamente definidos;
- Utilização de diferentes estratégias na resolução de problemas;
- Utilização de jogos teatrais como facilitadores no processo de sensibilização, desinibição e vivência em grupo.;
- Utilização de raciocínio jurídico para identificar os pressupostos da responsabilidade civil;
- Utilização de raciocínio jurídico para solucionar problemas com direitos reais;
- Utilização de raciocínio jurídico-social, argumentação, persuasão e reflexão crítica;
- Utilização de redação crítica e autocrítica em peças processuais;
- Utilização de técnicas adequadas para o exercício profissional na prática trabalhista;
- Utilização de técnicas para a prática jurídica forense e extrajudicial.